

Economia
Brasil

Falso Dilema

Nada mais equivocado que o suposto antagonismo entre desenvolvimento e estabilidade. O dilema nestes termos é falso. Crescer é aspiração natural da sociedade. Mas, o desenvolvimento só se sustenta em situação econômica estável. E a estabilidade ou a aceleração no ritmo de crescimento não se faz por decreto.

A estabilidade é objetivo que leva anos, exige sacrifícios, mas os resultados são compensadores quando duráveis. Os Estados Unidos são prova disso: durante 30 anos enfrentaram desequilíbrios fiscais gerados pelos gastos militares do programa *Guerra nas Estrelas*. Para evitar pressões inflacionárias decorrentes do excesso de gastos do Estado, o governo americano manteve os juros altos com o objetivo de atrair capitais do mundo todo.

Dependente histórico de capital externo, pela insuficiência da poupança doméstica, o Brasil viu desfazer-se na crise da dívida externa de 1982-83 o *milagre brasileiro*, que teve como base o endividamento externo. A absorção da poupança externa chegou a representar 4% do Produto Interno brasileiro no começo dos anos 70, o que permitiu dobrar a taxa média de crescimento nacional do pós-guerra.

A derrocada da URSS deu oportunidade para o presidente Clinton alcançar o equilíbrio fiscal no ano passado, quando o orçamento teve o primeiro saldo em 30 anos. Neste caso, o figurino que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil, já cansado das promessas de crescimento irresponsável. Essa noção de que o desenvolvimento nasce de decisão e ação do Estado faz parte de um passado que não deixou saudade. O governo Kubitschek atraiu capitais estrangeiros para a indústria automobilística, a siderurgia e a construção naval, além de acelerar investimentos públicos em energia, estradas e na construção da nova capital no planalto central.

Mas, quando a própria produção automobilística precisava, nos anos 60, de estabilidade econômica para a população comprar automóvel pelo crediário, o excesso de gastos públicos desequilibrava a economia e gerou inflação, recessão e desemprego, que desencadearam a instabilidade política.

É preciso definir com clareza o tipo de desenvolvimento que se deseja. O duradouro ou o irresponsável e nostálgico? As taxas do passado, além de impossíveis de se repetirem – porque partiram de uma economia incipiente, com enorme campo para crescer – hoje são menos urgentes e menos necessárias. É questão de dar prioridade a áreas que não impliquem importações nem gastos que agravem o desequilíbrio fiscal, como faz a maioria das prefeituras municipais, que deixam as receitas se esvaírem na contratação de boa parte da população do município em serviços supérfluos.

Com a população aumentando atualmente na faixa de 1% a 1,2% ao ano, se o PIB crescer 3% a 5% ao ano, o ganho *per capita* será superior aos 7% de crescimento do período JK, quando a população aumentava de 3% a 3,3%. E também muito superior à média de 1% de expansão do PIB entre os anos de 1980 a 1993.

Os que defendem o desenvolvimento a qualquer preço, como se crescimento econômico dependesse da vontade dos governantes, devem recordar que em 1979 o ministro Mário Henrique Simonsem pregava o crescimento moderado de 3% a 5% no começo do governo Figueiredo, para o Brasil pôr ordem nas contas públicas e enfrentar os juros em escalada nos EUA.

Os empresários paulistas fizeram naquela época o discurso que agora tenta associar o PSDB como o partido do crescimento e o PFL como o partido da estabilidade. Depois que o Brasil conheceu 15 anos de recessão e hiperinflação, só interrompido pela estabilidade do Plano Real, vê-se que o açodamento está longe de ser bom conselheiro.

Com um déficit equivalente a 4,7% do PIB nas contas externas e de mais de 8% do PIB no orçamento fiscal, e insuficiente poupança doméstica, agravada pelos gastos crescentes do Estado, o Brasil não pode prescindir do capital internacional. Nem esquecer que, nestes tempos de globalização, as grandes corporações multinacionais dão preferência para investir em países com estabilidade econômica.